

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - O próximo orador é o deputado Suplicy.

O SR. EDUARDO DUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente Reis, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, dentre tantas datas importantes desta semana, especialmente esse dia 18 de maio, quero destacar a campanha “Maio Laranja”, que foi instituída por meio da Lei nº 14.432, de 3 de agosto de 2022, que estabelece que essa campanha deve ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, e a campanha “Faça Bonito”, de 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Essa lei tem como referência o 18 de maio, quando a meni-na chamada Araceli, de oito anos de idade, foi sequestrada, violentada e barbaramente assassinada no Espírito Santo. Seu corpo apareceu carbonizado seis dias depois. Seus agressores, jovens de classe média alta, nunca foram punidos.

Esse triste episódio está fazendo 50 anos e ficou conhecido como “Caso Araceli”, em referência ao nome da criança e dedicado ao combate e enfrentamento nacional à violência, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Infelizmente, a criança e o adolescente fazem parte do que chamamos de minorias sociais ou grupos minoritários, não pela densidade populacional que representam, mas pela negligência e descuido que a sociedade costuma destinar a esse período da vida tão importante para a formação do ser humano. E agora, para além dos perigos já conhecidos, temos também a internet como facilitador de casos de abusos.

Prova disso são dados fornecidos pela SaferNet, que apontam que em 2022 foram registradas 111.929 denúncias de abuso e exploração sexual infantil só na internet, aumento de 9,91% em relação a 2021. Segundo a ChildFund, o National Center for Missing and Exploited Children informa que mundialmente foram registradas 29,3 milhões de denúncias de materiais pornográficos envolvendo crianças e adolescentes de 2019 a 2020. São 84,9 milhões de fotos, vídeo, entre outros conteúdos.

A criança e o adolescente têm direitos garantidos por legislações específicas, mas muitas não acessam esses direitos, como moradia, educação, saúde, lazer e proteção. É impossível garantir o desenvolvimento de um país sem incluir a população infanto-juvenil como prioridade. Essa prioridade começa garantindo a segurança em todo e qualquer ambiente.

Fiquei especialmente feliz em saber nesta manhã do evento promovido pelo Ministério de Direitos Humanos com o presidente em exercício Geraldo Alckmin, anunciando um pacote construído a muitas mãos, com políticas de ação, proteção e enfrentamento ao que especialistas chamam de epidemia de abuso e exploração de corpos infanto-juvenis.

Apesar de alguns avanços e conquistas pelas políticas anteriores, como a instituição da campanha Maio Laranja, o Brasil ainda tem índices altíssimos de casos e é importante que o governo federal empenhe esforços e promova a união de ministérios e entidades para avançarmos ainda mais. Eu cumprimento então o Geraldo Alckmin, o Sílvio de Almeida.

E como um defensor dos Direitos Humanos, agora deputado estadual, presidente da Comissão dos Direitos Humanos nesta Assembleia Legislativa, me coloco à disposição para todo e qualquer tipo de ação neste sentido. Um país que não cuida de suas crianças e de seus adolescentes é um país com o futuro comprometido.

Muito obrigado, deputado Reis.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Pela ordem, Art. 82. É “pela ordem” que fala?

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Encerrando o Pequeno Expediente e Vossa Excelência pode continuar pelo Art. 82. É regimental.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - PELO ART. 82 - Obrigada, presidente. Obrigada, Reis. Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os funcionários desta Casa, Boa tarde a todos que estão acompanhando pela TV Alesp. Boa tarde a todos os funcionários desta Casa.

Hoje acordamos com um ato feito pelos trabalhadores do Metrô. Metrô esse que a gente sabe muito bem que foi e que está sendo sucateado cada vez mais e que está sendo entregue para a ViaMobilidade, ViaMobilidade essa que já está com duas linhas, a Linha 8 e a Linha 9 - Esmeralda, que a gente sabe muito bem os problemas que estão acontecendo.

Ontem mesmo foi um dia em que novamente os trens pararam, ficaram duas horas parados onde é muito contraditório, inclusive quando a gente olha essa insistência do nosso governador em privatizar um direito que deveria ser de todo cidadão. Mas a gente vê que essa privatização só precarizar um trabalho que já está precarizado.

A gente está falando da passagem mais cara do mundo onde pedir uma carona não vão nos dar. Para entrar no horário de pico, você é levado, na verdade, pelo povo que tem que chegar no seu serviço, serviço esse que a gente tem que explicar para o patrão, que muitas vezes não entende que está tendo descarrilamento.

Os padrões não entendem que você muitas vezes não conseguiu entrar naquele trem e vai chegar atrasado, ou que nem ontem, que ficou duas horas parado, onde pessoas precisaram sair do trem.

Isso é muito impressionante, Conte, porque saíram do trem. Você imagina, você está no trem, ele fica parado duas horas sem ar condicionado, todo mundo ali esmagado, e aí aparece a providência. Qual é a providência que aparece? É você sair do trem.

Abrem-se as portas e você vai se arriscar: idosos, gestantes, crianças, trabalhador, todo mundo tem que sair de um trem e entrar no outro, para conseguir chegar no seu trabalho.

Isso a gente está falando da ViaMobilidade, a gente está falando da precarização, a gente está falando da concessão de uso de um direito nosso, que está sendo entregue para empre-sários e cuja deficiência a gente vê. É só olhar os números alarmantes, Sr. Presidente. É só olhar os números alarmantes.

Agora em janeiro completou um ano da privatização da Linha 8 e da Linha 9, e a gente vê o número alarmante de pessoas.

São mais de 100 casos de descarrilamento ou atraso, ou “n” coisas que estão acontecendo, ou muitas vezes, como ontem, ficam trancados, o trem para, fica lá um ar condicionado que não está funcionando, mas fica pingando na cabeça dos usuários.

Ou seja, horário de pico, horário de pegar trem, pegar Metrô, aqui em São Paulo, na verdade é o horário da humilhação do trabalhador, porque você vai ser empurrado, ou você vai ficar parado porque o trem para, o Metrô para.

A gente está falando de toda uma humilhação do trabalha-dor. Então, a gente já entendeu. Nós já entendemos, gente. São duas linhas privatizadas. Já entendemos. O estado de São Paulo já entendeu que está totalmente fora dos trilhos, que a privatização não é a solução.

A concessão de uso não é a solução, muito pelo contrário: o governo tem que pegar essas linhas, baixar o preço da condução. Já que a gente está falando de transporte público, por que será que nós, trabalhadores, que muitas vezes temos que andar a pé, como já foi o meu caso, de andar a pé, porque não tinha o dinheiro da passagem, porque ou eu andava de ônibus, ou eu andava de trem. Eu tinha que seguir longas distâncias a pé.

Inclusive, aqui, para quem trabalha na Assembleia Legisla-tiva, aqui no Parque do Ibirapuera, é um exemplo claro de que o trem, o Metrô, está longe. Transporte público está longe.

Ou seja, vários trabalhadores que eu sei muito bem que vêm de trem, que vêm de Metrô, metrô esse que ainda nem sequer chegou... nem o trem chegou em São Bernardo, não chegou em Diadema.

Na periferia não chegou o trem, e a gente já está discutin-do privatização. E muitas vezes, nesta Casa, um debate, uma briga, porque a gente está falando, o trem nem chegou lá, o Trem Paulo Freire.

Acho que é bom até eu citar aqui hoje: Paulo Freire. Tem uma Estação Paulo Freire, que é na Av. Paulo Freire, que foi colocado que iria levar o nome de Paulo Freire, o educador conhecido inclusive mundialmente. Ai você olha e fala o seguinte: “Nem sequer chegou o trem, mas já estão brigando porque querem mudar o nome para Fernão Dias”.

A gente sabe muito bem quem é Fernão Dias, nós estamos aqui no Parque do Ibirapuera, nós temos aqui uma estátua do bandeirante que nos norteia muito bem, que foi um genocida que matou indígenas, e a gente sabe muito bem para onde vão as coisas.

Ou seja, a gente vê mais uma vez um patrono da Educação ser tirado por um bandeirante. Então que chegue, sim, o trem, que chegue o Metrô no Fundão, mas que reverta esse processo de concessão de uso da Linha 8 e da Linha 9. Hoje, a população se reuniu na Vila Olímpia para fazer uma denúncia, que são contrários à privatização.

Estávamos lá, porque quem está naqueles prédios da Vila Olímpia, quem já andou por ali sabe muito bem, sabe, deputado Conte. Quem está ali sabe muito bem; são empresários que jamais vão olhar para o direito do trabalhador, mas sim o lucro acima da vida.

Então, sou contrário. Fora a privatização para o direito de uso do Estado e da população dos trens e metrôs do estado de São Paulo. São Paulo precisa novamente voltar para os trilhos, porque todos os dias nós vemos que está fora dos trilhos.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Pela ordem, deputado.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Havendo acordo de lideranças, peço o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma boa tarde.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e seis minutos.

19 DE MAIO DE 2023 43ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: AGENTE FEDERAL DANILO BALAS e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - REIS

Assume a Presidência.

6 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 22/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Agente Federal Danilo Balas.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Iniciando com o Pequeno Expediente, chamamos a deputada Fabiana Barroso. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. Vossa Excelência tem o tempo regimental do Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionárias e funcionárias da Assembleia Legislativa. Sr. Presidente, essa semana eu venho falar de forma reiterada sobre os 600 milhões de reais que o governo federal, via Ministério da Saúde, já passou para os estados afora. E que o estado de São Paulo teria o direito de receber 131 milhões de reais para cirurgias no estado de São Paulo, consultas e cirurgias. Eu trouxe mais alguns dados, no dia de hoje.

Inclusive, sempre é importante a gente apresentar a denúncia, mas mostrar as informações, para ir confirmando os dados que nós estamos passando, e sempre estamos buscando mais informações para complementar os dados informados.

Ai nós percebemos que, desde março, 18 estados e o Distrito Federal já receberam 200 milhões de reais para reduzir a fila de espera de cirurgias eletivas. Aqui no estado de São Paulo, no final de 2022, um levantamento que nós fizemos, cerca de 400 mil paulistas aguardavam a realização dessas cirurgias eletivas.

Vou repetir: 400 mil pessoas, aqui no estado de São Paulo, aguardavam para a realização das cirurgias eletivas. Então isso quer dizer que tem demanda. Tem gente na fila de espera, hoje, para cirurgias eletivas. O governo do estado de São Paulo já tem, à sua disposição, 131 milhões de reais. E até agora não apresentou o seu plano de trabalho.

Dos 18 estados, eu trouxe aqui, inclusive, para que a gente possa perceber. Estão aqui as informações: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins já encaminharam o seu plano de trabalho para reduzir as filas em relação às cirurgias eletivas.

E a gente olha aqui, inclusive, as quantidades que alguns estados já estão apresentando, e o repasse já foi feito. No caso do Acre, já foram repassados 850 milhões; em Alagoas, três milhões e 155 milhões; e por aí vai. Estão embolsando aí passo

a passo. Minas Gerais já recebeu 20 milhões da primeira parcela. Rio Grande do Sul, 10 milhões e 750 mil.

Então, aqui tem os dados. Estou apresentando para vocês hoje aqui os dados de quanto cada estado que já encaminhou seu plano de trabalho...

Tem aqui as cirurgias a serem realizadas, a fila de espera de cada cidade, o percentual da fila e quanto já foi repassado para cada estado.

É um absurdo o estado de São Paulo até hoje ainda não ter apresentado seu plano de trabalho para que haja redução das filas das cirurgias eletivas do estado de São Paulo.

E sabe o que apresenta a secretária do estado, nobre deputado Reis? Por que até agora não apresentou esse plano de trabalho? Olha o que eles dizem: eles falam que ainda não enviaram esse plano para adesão ao “Programa Nacional de Gestão de Filas de Cirurgias Eletivas” por dificuldade com o formulário eletrônico disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

Olha a desculpa que a secretaria estadual do estado de São Paulo deu para não encaminhar o plano - dificuldade com o formulário eletrônico disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

Se é um problema do formulário, por que será que 19 estados já conseguiram fazer, e o estado de São Paulo ainda não? É muito estranho. Nós estamos falando do estado mais rico do Brasil, do estado mais bem equipado do Brasil. Dezenove estados - 18 mais Distrito Federal - já encaminharam, já receberam a primeira parcela, e o estado de São Paulo ainda não.

Então, esse processo era para ser entregue desde o mês de março. E a gente vê aqui muitos trabalhadores e trabalhadoras que usam para fazer exame de catarata, de vesícula biliar, de hérnia, de retirada de útero - tudo isso são procedimentos que já poderiam estar sendo feitos no estado de São Paulo, para reduzir a fila com 131 milhões de reais, que já estão disponíveis. Então, eu queria, Sr. Presidente, mais uma vez, agora inclusive com os dados dos estados que já o fizeram...

Eu, inclusive, entrei em contato ontem com a Secretaria de Saúde do estado de São Paulo cobrando o posicionamento, e até o dia de ontem ainda não tinha sido encaminhado.

Então, queria que solicitasse o encaminhamento da minha fala ao secretário de Saúde do estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - Deputado Luiz Claudio Marcolino, a fala do senhor será enviada, sim, ao secretário Dr. Eleuses, na íntegra. Agradeço a Vossa Excelência.

Chamamos, para dar sequência ao Pequeno Expediente, o deputado Reis. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o presidente Danilo Balas, que conduz os trabalhos neste Pequeno Expediente na data de hoje. Cumprimentar os deputados Carlos Giannazi e Luiz Claudio Marcolino, todos os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Civil, os integrantes da Polícia Técnico-Científica, os integrantes da Polícia Penal.

Fazer um agradecimento público ao deputado Danilo Balas, porque meu nome não andava muito, não anda nas redes sociais, e agora, a partir do deputado Danilo Balas, o meu nome está muito forte nas redes sociais.

E isso é muito bom, porque quem sabe um dia eu vou chegar à condição do Eduardo Suplicy de não precisar sair de casa para ganhar uma eleição, né. O Suplicy teve mais de 800 mil votos e não precisou sair panfletando casa a casa, falando com um, falando com outro, de tão conhecido que ele é.

Então, eu espero que V. Exas. possam, sim, me promover nas suas redes sociais, porque mais pessoas passam, a partir daí, a me conhecer.

Também estendo esse agradecimento ao deputado Bruno Zambelli, que também me colocou nas suas redes sociais, no Tik Tok, por conta daquela leitura que eu fiz. Deputado Danilo Balas, V. Exa. é um parlamentar experiente, chegou bem antes de mim nesta Casa.

Vossa Excelência sabe que a oposição tem os seus instrumentos de obstrução, e a leitura lenta, onde nós, para lermos oito páginas, quase foi uma hora, deputado Marcolino, faz parte do processo de obstrução.

Aqui nesta Casa eu estou vendo um fato inovador, porque na Câmara, de onde eu vim, não era assim: aqui o próprio governo faz oposição a si mesmo, o próprio governo se obstrui. Porque a obstrução, a técnica da obstrução é da oposição, né? Fazer o debate, levar o debate ao extremo.

Aliás, deputado Marcolino, eu estranhei aquele relatório porque um relatório, um voto separado, nós temos que orientar a nossa bancada. Um voto separado não pode ter só oito páginas. Ali tinha que ter 200 páginas, porque ter 200 páginas no voto em separado também é instrumento de obstrução.

Então não cabe a nós aqui, opositores, porque a situação tem secretarias, o governo dá cargo para eles, dá emendas. A oposição não tem nada disso. A oposição só tem aqui o espaço para falar, fazer o trabalho parlamentar em nome do povo. Então nós somos eleitos para representar o povo. Quero cumprimentar também aqui o público presente, sejam todos bem-vindos.

Nós somos eleitos para falar em nome do povo, nós não falamos em nome do governo. Nossa missão é fiscalizar o governo, cobrar o governo e, quando os projetos vêm de forma tortuosa para esta Casa, encontrar os erros que tem no projeto e propor que melhore o seu texto.

Por isso é que a oposição tem que fazer esse papel, ela tem que mostrar os pontos com que ela não concorda, ela tem que buscar negociar que emendas sejam adicionadas àquele texto.

Fazer a leitura da forma que nós fizemos faz parte do papel da oposição, obstruindo o processo, e o governo tem que entender isso também.

Então eu agradeço a V. Exa., agradeço ao deputado Zambelli, porque, quando eu entro em uma rede de um outro deputado, pessoas que não me conheciam passaram a me conhecer. Inclusive estou recebendo e-mails delas, e isso é muito bom.

Outra coisa, deputado Danilo Balas. Eu quero convidar V. Exa., porque V. Exa. é defensor também das carreiras policiais e é um agente da Polícia Federal. Na segunda-feira vamos dar início aqui, vamos inaugurar a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Civil de São Paulo.

Eu serei o coordenador dessa frente e estou convidando todos os deputados, meus colegas de situação, de oposição, aqueles também que ficam meio em cima do muro, para participar, porque é muito importante que a gente faça a defesa intransigente da Polícia Civil, por conta de todos os desmandos, o sucateamento que ela vem sofrendo, a destruição dos últimos anos.

Então essa frente parlamentar vem para buscar cobrar do estado um outro melhor para a Polícia Civil e, claro, também para as outras polícias, para a Polícia Militar, para a Polícia Penal, para a Polícia Técnico-científica.

Mas, como eu há muitos anos venho na carreira de investigador de polícia, vivendo essa destruição, eu não poderia deixar faltar aos meus colegas de ter essa frente com exclusividade de defesa da Polícia Civil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - Eu que agradeço as palavras, deputado Reis. Chamamos o próximo deputado no Pequeno Expediente, deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Oseias de Madureira. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Danilo Balas, Sras. Deputadas

e Srs. Deputados, público aqui presente, alunos, professores, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, hoje é dia 19 de maio, e até agora o governo estadual não negociou, não recebeu, não atendeu as reivindicações dos servidores da Fundação Casa, que estão em greve desde o dia três, justamente porque o governo é intransigente, é autoritário, e não atende minimamente, Sr. Presidente, as reivindicações que são pautadas na data-base salarial dos servidores, no Art. 37 da Constituição Federal, que impõe a todos os entes federativos a reposição das perdas inflacionárias.

Os nossos servidores da Fundação Casa, que cumprem um papel importante na reeducação e na reinserção dos adolescentes na sociedade, estão sendo massacrados por uma política salarial de ódio.

Além disso, são vítimas também do assédio moral, são vítimas das transferências compulsórias, do fechamento de várias unidades, que está superlotando outras existentes. São várias as reclamações, Sr. Presidente. Por isso que eles estão em greve, e merecem todo o nosso apoio.

Quero ainda aproveitar, Sr. Presidente, a minha intervenção aqui no Pequeno Expediente para dizer que nós estamos chocados com o desprezo do governo também com os servidores do sistema prisional.

Primeiro porque ficaram de fora do reajuste, do PLC nº 75, de 2023, que trata do reajuste dos servidores da Segurança Pública, e esses servidores são da Segurança Pública.

A Alesp aprovou a lei da Polícia Penal, a PEC da Polícia Penal, eles já estão incluídos na Constituição Federal e na Constituição Estadual como Polícia Penal.

Ficaram de fora, foram golpeados nesse projeto do reajuste, mas estão sendo golpeados novamente, porque no dia 17 houve uma reunião com as entidades representativas dos servidores, a SAP, e as entidades foram informadas que o governo vai enviar um projeto de lei aqui para a Assembleia Legislativa, um PLC, me parece que regulamentando a Polícia Penal, mas implantando um subsídio, que é um verdadeiro golpe nos salários e nos vencimentos desses servidores.

Porque todos sabem aqui o quanto o subsídio é nefasto e perverso, no sentido de que ele não leva em conta a evolução por tempo de serviço. Não tem mais quinquênio para esse servidor, não tem mais licença-prêmio, não tem mais sexta-parte.

Essa evolução desaparece, e ele fica refém de reajustes que podem ser dados ou não, de acordo com o humor de cada governo de plantão, da vontade de cada governo de plantão. Um absurdo total.

Mas, além disso, Sr. Presidente, tem algo mais grave ainda também acontecendo. Vários segmentos dos servidores da Polícia Penal estão ficando de fora. O próprio governo anunciou, por exemplo, que os motoristas, que são integrantes da escolta de presos, eles ficam de fora da Polícia Penal. Um absurdo, Sr. Presidente.

Então, nós exigimos que esse PLC, antes de chegar à Assembleia Legislativa, na sua confecção, na sua elaboração, da SAP, junto com a Casa Civil, junto com a Secretaria de Gestão, que eles façam essa correção, e façam também a inclusão de todos os servidores administrativos na Polícia Penal.

Eles querem se livrar agora desses servidores, mas todos eles são, Sr. Presidente, importantes no processo, na Secretaria, na SAP, e eles cumprem um papel fundamental. Sobre tudo, aqui, um exemplo, os motoristas que são integrantes da carreira da escolta. Eles ficaram de fora. Foi anunciado isso. Porque estão em uma lei, a Lei nº 1080, de forma também irregular; não deveriam estar nessa lei.

Então, o Governo tem a oportunidade de fazer a correção. Já que ele vai enviar o projeto de lei para a Assembleia Legislativa, que ele envie corretamente, fazendo a correção e incluindo todos esses servidores na Polícia Penal. Nós não vamos admitir que nenhum servidor do sistema prisional fique de fora da Polícia Penal e da regulamentação.

Então, são duas coisas que nós estamos exigindo, Sr. Presidente, para concluir: que não haja essa política de subsídio - isso é prejudicial aos servidores, olhem o que está acontecendo com os professores da rede estadual; nós não queremos essa política de subsídio para os nossos servidores, ela é perversa, ela ataca os rendimentos dos nossos servidores, ataca a vida funcional - e também que todos sejam incluídos na Polícia Penal e nesse reajuste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, seguindo no Pequeno Expediente, o próximo orador, deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Símon Pedro. (Pausa.)

Deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Cote Lopes. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.)

Entrando na Lista Suplementar, deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores desta Casa e público que nos visita na data de hoje, professor, alunos aqui presentes, aprendendo um pouquinho sobre como funciona esta Casa, o processo legislativo.

Agora, falamos no Pequeno Expediente por cinco minutos, depois falamos por dez minutos no Grande Expediente e, normalmente, às 16 e 30, entramos na sessão extraordinária, onde são debatidos os projetos de lei desta Casa. Sejam todos bem-vindos.

Sr. Presidente, antes de falar sobre os feitos do governador Tarcísio de Freitas, mais investimentos na área habitacional, agora, falo sobre a atuação de dois vereadores do interior do estado de São Paulo.

Primeiro, a vereadora Capitão Claudia, da cidade de Batatais.

Parabenizar a vereadora pelo excelente trabalho em Batatais. Mais de 20 anos de história na Polícia Militar. Então a Segurança Pública tem a orientação, o trabalho dela na cidade. Na Saúde, já conquistou mais de meio milhão de reais. Também, na Educação, acabou de chegar um ônibus para a Educação da cidade, um ônibus escolar.

Destaco a atuação da vereadora Claudia na questão social: ela conseguiu, com o apoio da sociedade, um curso de Libras totalmente gratuito para servidores da prefeitura, seja na área da Saúde, da Educação, para que a população seja melhor atendida. Isso é inclusão.

Inclusive, ela veio até São Paulo falar com o secretário da pessoa com deficiência, doutor Marcos da Costa, para levar ainda mais ideias e melhorias na questão da inclusão para a cidade de Batatais. Então, vereadora Claudia, parabéns pelo excelente trabalho. Você é exemplo de atuação parlamentar em Batatais.

Segundo, o vereador da cidade de Guapiara. Tem um agricultor, plantador de tomate, que acorda na madrugada para fazer a colheita. Trabalha no Ceagesp trazendo de Guapiara para o Ceagesp de Sorocaba, também atuando na Câmara de Vereadores.

Vereador Adalberto, de Guapiara, faz um excelente trabalho. Já conquistou mais de meio milhão de reais para a Saúde da cidade e recentemente entregou, ao lado do prefeito, um ônibus escolar também para o uso dos alunos da cidade de Guapiara.